

Desempenho Fiscal do Governo em 2024

- Conforme informações divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, as contas do Governo apresentaram déficit de R\$ 43 bilhões em 2024, correspondendo a 0,36% do Produto Interno Bruto (PIB). Na comparação com 2023, quando o Governo Federal registrou um déficit total de R\$ 228,5 bilhões, observa-se uma queda de 81% nesse saldo negativo;
- Quando se excluem os créditos extraordinários para as enchentes no Rio Grande do Sul e para combates a incêndios no pantanal e Amazônia, bem como R\$ 1,35 bilhão em favor do Judiciário e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que foram retirados da meta fiscal de 2024, o déficit primário chegou a R\$ 11,03 bilhões, correspondendo a apenas 0,09% do PIB. Ou seja, o governo cumpriu com folga a meta fiscal prevista para 2024;
- Essa melhora nas contas do governo em 2024 foi motivada, fortemente, pelo bom desempenho da arrecadação, que alcançou R\$ 2,65 trilhões, o melhor resultado desde 1995, influenciado pelo aquecimento da economia e pelas medidas de aumento de impostos implementadas pelo Governo Federal. Portanto, o ritmo de expansão das receitas foi determinante para o desempenho orçamento do governo em 2024;
- Pelo lado dos gastos, as regras estabelecidas pelo arcabouço fiscal, que condicionam o crescimento real das despesas a, no máximo, 2,5% a cada ano, fez com que a área econômica do Governo bloqueasse cerca de R\$ 17,6 bilhões, atingindo, principalmente, as áreas de Saúde (bloqueio de R\$ 4,388 bilhões), Educação (R\$ 3,041 bilhões) e Cidades (R\$ 2,471 bilhões). Com isso, a despesa total do governo alcançou R\$ 2,2 trilhões, registrando uma queda real de 0,7%, enquanto as receitas cresceram, em termos reais, 8,9%, chegando a R\$ 2,16 trilhões;
- Convém ressaltar que o objetivo do governo era zerar o déficit em 2024, mas pelas regras do arcabouço fiscal, esse desequilíbrio poderia chegar a até 0,25% do PIB, sem que o objetivo fosse formalmente descumprido. Assim, quando se exclui do déficit de R\$ 43 bilhões, os créditos extraordinários, no valor de R\$ 31 bilhões, o déficit primário em 2024 passa de 0,36% do PIB para 0,1% do PIB, ficando, portanto, dentro dos limites estabelecidos pelas regras do arcabouço fiscal;
- A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 76,1% do PIB, R\$ 9,0 trilhões, em 2024, significando uma elevação de 2,2 pontos percentuais no ano. Dentre os fatores que mais contribuíram para esse crescimento destacam-se os juros nominais apropriados, o déficit primário e o reconhecimento de dívidas.

Nossa Visão: Essa redução no saldo fiscal negativo do governo em 2024 foi motivada, principalmente, pelo crescimento real de 8,9% da receita líquida, uma vez que as despesas caíram apenas 0,7%, reforçando a percepção geral de que o governo não tem se empenhado para controlar as despesas públicas. Enquanto isso, o endividamento

público cresce aceleradamente, influenciada, essencialmente, pela escalada dos juros, que vem subindo sistematicamente para conter a inflação, mas tendo como efeito colateral a expansão das despesas com juros da dívida pública. Por outro lado, convém ressaltar que a redução dos gastos com sentenças judiciais e precatórios (em torno de R\$ 39,8 bilhões), ajudou bastante para o comportamento das despesas governamentais em 2024, enquanto as despesas obrigatórias, notadamente com Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e com controle de fluxo, pressionaram a expansão das despesas durante o ano. Isso mostra que o baixo estímulo do governo para comprimir despesas decorre da preocupação em garantir recursos para preservação de políticas sociais, que geralmente não vão dar sustentabilidade para a manutenção da estabilidade macroeconômica necessária para o País alcançar níveis mais elevados de competitividade.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Dezembro e Janeiro-Dezembro de 2024 (Milhões correntes)

Discriminação	Janeiro-Dezembro		Variação (2024/2023)		Dezembro		Variação (2024/2023)	
	2023	2024	% Nominal	% Real (IPCA)	2023	2024	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	2.353.432	2.679.442	13,9%	9,0%	235.926	291.963	23,8%	18,0%
2. TRANSFERÊNCIA POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	452.009	517.734	14,5%	9,7%	48.826	55.861	14,4%	9,1%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	1.901.423	2.161.708	13,7%	8,9%	187.100	236.102	26,2%	20,4%
4. DESPESA TOTAL	2.129.923	2.204.711	3,5%	-0,7%	303.133	212.076	-30,0%	-33,3%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)	-228.499	-43.004	-81,2%	-81,7%	-116.033	24.026	-	-
Tesouro Nacional	78.173	255.604	227,0%	201,0%	-96.994	13.674	-	-
Banco Central	-465	-1.218	161,7%	151,5%	103	-58	-	-
Previdência Social (RGPS)	-306.206	-297.389	-2,9%	-6,7%	-19.143	10.410	-	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-2,09%	-0,36%	-	-	-12,22%	2,26%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 2 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro a Dezembro de 2024 - R\$ milhões correntes

Discriminação	Janeiro-Dezembro				Fluxos Mensais		
	2023	% do PIB	2024	% do PIB	Out.-24	Nov.-24	Dez.-24
Nominal	967 417	8,84	997 976	8,45	74 681	99 079	80 372
Governo Central	879 081	8,03	900 571	7,63	65 048	90 375	60 727
Governos estaduais	66 260	0,61	53 864	0,46	4 518	4 616	14 976
Governos municipais	14 404	0,13	30 716	0,26	4 421	2 374	5 268
Empresas estatais	7 673	0,07	12 825	0,11	694	1 713	- 598
Juros nominais	718 294	6,56	950 423	8,05	111 564	92 459	96 117
Governo Central	614 548	5,62	855 206	7,24	104 198	84 694	87 455
Governos estaduais	93 756	0,86	82 371	0,70	6 252	6 632	7 511
Governos municipais	4 586	0,04	8 094	0,07	779	763	715
Empresas estatais	5 403	0,05	4 752	0,04	334	370	437
Primário	249 124	2,28	47 553	0,40	-36 883	6 620	-15 745
Governo Central	264 533	2,42	45 364	0,38	-39 150	5 681	-26 728
Governos estaduais	-27 496	-0,25	-28 507	-0,24	-1 735	-2 016	7 465
Governos municipais	9 818	0,09	22 623	0,19	3 642	1 611	4 553
Empresas estatais	2 269	0,02	8 073	0,07	360	1 343	-1 035
PIB acumulado no ano*	10 943	-	11 810	-			
	345		101				

Fonte: BACEN. * Dados preliminares, (+) déficit (-) superávit.

Tabela 3 - Brasil - Receitas Primárias do Governo Central, Janeiro-Dezembro - 2023/2024 - Valores a preços de Dez/24 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Dez		Variação	
	2023	2024	Diferença	% Real (IPCA)
	2023	2024	Diferença %	Real (IPCA)
RECEITA TOTAL (I)	2.509.056,5	2.736.115,6	227.059,1	9,0%
Receita Administrada pela RFB	1.535.284,4	1.726.859,6	191.575,2	12,5%
Imposto de Importação	57.804,0	79.277,9	21.473,9	37,1%
IPI	63.195,3	86.073,2	22.878,0	36,2%
Imposto sobre a Renda	742.464,1	802.673,1	60.209,0	8,1%
IOF	65.976,1	69.153,6	3.177,5	4,8%
COFINS	312.066,7	374.988,9	62.922,2	20,2%
PIS/PASEP	90.269,3	106.061,6	15.792,3	17,5%
CSLL	158.950,5	170.789,7	11.839,2	7,4%
CIDE Combustíveis	1.274,7	3.486,7	2.212,0	173,5%
Outras Receitas Administradas pela RFB	43.283,7	34.354,9	-8.928,8	-20,6%
Incentivos Fiscais	-82,8	0,0	82,8	-100,0%
Arrecadação Líquida para o RGPS	631.170,1	654.182,9	23.012,8	3,6%
Receitas Não Administradas pela RFB	342.684,8	355.073,1	12.388,3	3,6%
Concessões e Permissões	9.391,6	16.607,9	7.216,2	76,8%
Dividendos e Participações	53.252,8	73.486,8	20.234,0	38,0%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	18.524,7	18.981,5	456,8	2,5%
Exploração de Recursos Naturais	120.486,0	121.409,7	923,8	0,8%
Receitas Próprias e de Convênios	22.491,8	23.998,7	1.506,9	6,7%
Contribuição do Salário Educação	32.795,1	33.735,9	940,8	2,9%
Demais Receitas	85.635,6	66.757,3	-18.878,2	-22,0%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (II)	481.833,6	528.652,7	46.819,1	9,7%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	2.027.222,9	2.207.462,9	180.240,0	8,9%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 4 - Brasil - Despesas Primárias do Governo Central, Janeiro-Dezembro - 2023/2024 - Valores a preços de Dez/24 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Dez		Variação	
	2023	2024	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	2.267.073,5	2.251.445,3	-15.628,2	-0,7%
Benefícios Previdenciários	957.532,2	958.808,5	1.276,4	0,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	59.745,9	27.028,2	-32.717,7	-54,8%
Pessoal e Encargos Sociais	387.264,0	374.973,4	-12.290,6	-3,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	21.128,9	4.349,7	-16.779,2	-79,4%
Outras Despesas Obrigatórias	379.882,8	366.347,5	-13.535,2	-3,6%
Abono e Seguro Desemprego	77.757,7	82.580,8	4.823,2	6,2%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	28.607,1	1.770,2	-26.836,9	-93,8%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	98.734,9	113.421,4	14.686,5	14,9%
Créditos Extraordinários	2.962,9	26.000,0	23.037,1	777,5%
Fundeb - Complementação da União	40.035,2	48.627,2	8.592,0	21,5%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	18.468,5	19.929,4	1.460,9	7,9%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	4.250,4	4.071,3	-179,1	-4,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	75.230,3	35.414,2	-39.816,1	-52,9%
Subsídios, Subvenções e Proagro	23.046,1	18.247,8	-4.798,3	-20,8%
Impacto Primário do FIES	1.720,3	1.534,9	-185,4	-10,8%
Demais	9.069,6	14.750,3	5.680,8	62,6%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	542.394,5	551.315,8	8.921,3	1,6%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	347.752,3	364.130,5	16.378,2	4,7%
Discrecionárias	194.642,3	187.185,3	-7.456,9	-3,8%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Wellington Santos Damasceno. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire e Liliane Cordeiro Barroso. Estagiário: Guilherme Miranda Soares. Jovem Aprendiz: Pedro Ícaro Borges de Souza.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Deste modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte